

Eleições de 2010 em perspectiva histórica

A indicação mais óbvia de que a eleição presidencial de 2010 marca o fim de uma era é que, pela primeira vez em duas décadas, os brasileiros não terão a opção de votar no ex-sindicalista metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Paradoxalmente, essa retirada de cena de Lula como candidato coincide com o fortalecimento do chamado “lulismo”, alimentado pelas astronômicas taxas de aprovação do presidente da República, apontadas por muitos analistas como o fenômeno político da atualidade no Brasil.

Evidentemente, a popularidade de um líder, por si só, nos diz pouco sobre o seu lugar na história. Porém, comentários como os do presidente norte-americano Barack Obama, indicando Lula como “o político mais popular da Terra”, não são, em hipótese alguma, banais. Para aquilatar adequadamente a dimensão histórica da liderança de Lula, é necessário situá-la em perspectiva. Não se trata apenas de contrastá-la com a medíocre aprovação obtida por Fernando Henrique Cardoso – primeiro presidente reeleito

em toda a nossa história – ao final do seu segundo governo. A comparação mais adequada seria, de fato, com o único outro líder político que se tornou a referência central da política nacional por várias décadas, polarizando-a entre seus apoiadores e opositores: Getúlio Vargas.

Em termos cronológicos, os 21 anos transcorridos entre a façanha realizada por Lula ao chegar no segundo turno das eleições de 1989 e o final do seu segundo mandato já se aproximam dos 25 anos que separam a primeira candidatura de Vargas do seu suicídio, em 1954. E a extensão da trajetória política do atual presidente continua em aberto, já que ele não demonstra nenhuma pressa em “sair da vida para entrar na História”. Mas, evidentemente, em termos de origem social e dos caminhos de construção de liderança política, nada mais distante de Lula do que Vargas.

Antes de 1930, o latifundiário gaúcho fizera uma bem sucedida carreira política convencional para os padrões de uma República oligárquica (deputado, ministro, governador). Fracassou na sua primeira tentativa de eleição à Presidência, chegando a ela pela articulação de um movimento de elites dissidentes com apoio de importantes setores das Forças Armadas. Uma vez no poder, manobrou com maestria para nele permanecer, explorando as contradições entre seus opositores nas classes dominantes, enquanto reprimia sistematicamente as tentativas de organização autônoma dos trabalhadores. Não titubeou em se lançar no caminho da ditadura aberta quando lhe foi conveniente.

Já o retirante nordestino trilhou os caminhos do sindicato, das greves, da fundação de um partido político organizado com base em lideranças de movimentos sociais, das caravanas pelo interior do país e das sucessivas derrotas eleitorais até chegar à Presidência e nela permanecer pela força das urnas, sem promover

qualquer alteração das regras do jogo político, como ocorrera com seu antecessor e continuava a ocorrer em vários dos países vizinhos ao longo do seu próprio mandato.

Deve-se lembrar ainda que a popularidade de Getúlio entre as massas não estava dada quando da sua chegada ao poder. Ela começou a ser construída, de fato, mais de uma década depois. A máquina do Estado Novo realizou bem sucedida combinação entre, de um lado, benefícios concretos e simbólicos proporcionados aos trabalhadores e, de outro, a introdução de técnicas de propaganda estatal até então inéditas no país. A consolidação de sua imagem de “pai dos pobres” se deveu muito ao silenciamento da oposição, com amplo uso da censura e da repressão política, e foi fortalecida posteriormente pelo contraste com o governo abertamente antipopular do general Eurico Gaspar Dutra.

Voltando ao poder “nos braços do povo” em 1950, Vargas enfraqueceu-se dramaticamente pela incapacidade de equacionar as ambiguidades constitutivas de sua base de sustentação política num ambiente democrático, tal como fizera anteriormente ao governar por quinze anos sem passar por eleições nacionais. Seu legado só foi salvo por um gesto extremo de sacrifício pessoal que o transformou, de um dia para o outro, de um líder encurralado e desgastado em objeto de culto, e projetou sua sombra no cenário político nacional por mais dez anos. Ainda assim, o herdeiro político por ele escolhido, João Goulart, jamais sequer ousou concorrer à Presidência, pois tinha consciência de que o legado de Vargas não fazia dele automaticamente um candidato viável.

Portanto, voltando ao contexto atual, podemos concluir que, independente do resultado eleitoral, o Brasil se prepara para conviver com uma situação historicamente inédita. Um presidente democraticamente eleito deixa o poder após oito anos e tudo indica que,

independentemente do resultado eleitoral, ele permanecerá, por um período indeterminado, sendo o maior líder político do país.

O sistema partidário e as candidaturas do PT e do PSDB

As eleições de 2010 apontam também a consolidação de um sistema partidário articulado pela polarização entre PT e PSDB. Os dois partidos podem ser vistos como expressões da capacidade de liderança nacional conquistada ao longo do processo de redemocratização por dois segmentos da sociedade paulista: os sindicalistas do ABC e a intelectualidade formada

na USP. Será a quinta eleição sucessiva na qual nenhum outro partido apresentará qualquer candidato capaz de colocar em xeque essa polarização. Na verdade, podemos dizer que ela vem se acentuando, já que, nas duas últimas eleições, os demais candidatos capazes de obter mais do que 1% dos votos são dissidentes petistas (Heloísa Helena e Cristovam Buarque em 2006; Marina Silva e Plínio de Arruda Sampaio em 2010).

Se PT e PSDB são os únicos capazes de forjar candidaturas presidenciais, outros elementos, entretanto, cumprem papel distinto dentro do sistema partidário brasileiro. Algumas agremiações de porte médio,

com maior presença em regiões específicas e/ou maior penetração em alguns segmentos sociais, tentam manter alguma identidade e autonomia enquanto gravitam ao redor dos dois pólos. Isso ocorre, de um lado, com PSB, PCdoB e PDT, em suas alianças com o PT, e, de outro, com DEM, PPS – e, geralmente, PV – na sua relação com o PSDB.

Completam o quadro dois elementos centrais à “governabilidade” de qualquer presidente eleito na atual configuração da política nacional. De um lado o PMDB, federação de máquinas políticas estaduais, massa amorfa sem qualquer identidade programática. De outro, a poeira cósmica dos chamados partidos “nânicos”, majoritariamente de direita e centro-

direita. Evidentemente, a política regional e local pode embaralhar de modo distinto esses elementos, a depender de que forças estabelecem a polarização em cada esfera e a cada conjuntura, o que torna ainda mais complexa a construção e operação de alianças nacionais.

Essa delicada engenharia garante a estabilidade política do país, forjando um sistema com altíssima capacidade de acomodação de interesses diversos. Mas o seu custo não se reduz à corrupção endêmica que abastece as máquinas políticas e, em muitos casos, as fortunas pessoais construídas com o desvio de recursos públicos. A imperiosidade das negociações com os “aliados” fisiológicos limita severamente a capacidade do exercício do governo numa linha programática coerente por parte dos partidos que protagonizam as disputas presidenciais.

Esse está longe de ser um quadro ideal, mas mesmo assim tem proporcionado condições para melhoras graduais e cumulativas no que diz respeito à qualidade de vida dos setores menos favorecidos da população e à consolidação de um ambiente institucional democrático. Um fato positivo mais perceptível nos últimos anos é o amadurecimento de mecanismos de controle social que estabelecem limites e barreiras crescentes à impunidade e, portanto, produzem certa depuração no próprio sistema. Entretanto, a possibilidade de que a contradição entre essa crescente consciência cidadã e a base fisiológica da nossa estabilidade política gere uma crise capaz de promover um salto de qualidade nas regras do jogo político brasileiro, parece, nesse momento, bastante remota.

Dilma e Serra

Tendo em conta o quadro comentado acima, como podemos analisar as principais candidaturas presidenciais atuais? Dilma Rousseff e José Serra possuem algumas características pessoais semelhantes. Quadros de perfil técnico-político, ingressaram na política como estudantes vinculados à organizações de esquerda e participaram da resistência à Ditadura Militar. Dilma tem dois trunfos principais: ser a candidata de situação de um governo e de um presidente altamente populares e a aliança do PT com o PMDB, que lhe fornece maior tempo na televisão e uma estrutura de campanha com enorme capilaridade em todo o território nacional. Já Serra conta com o fato de ter fixado seu nome no eleitorado por meio de uma longa e destacada vida pública, especialmente como candidato presidencial em

Nas últimas duas eleições, os candidatos capazes de obter mais do que 1% dos votos são dissidentes petistas

2002 e como governador de São Paulo desde 2007. Consequentemente, possui muito mais experiência para lidar com os riscos da exposição em uma campanha presidencial.

Em termos da construção de uma linha de campanha, o principal desafio dos dois candidatos será credenciar-se junto ao eleitorado como a alternativa mais segura para a continuidade e aprofundamento das conquistas sociais obtidas sob o governo Lula. Para isso, Dilma precisará não apenas ampliar o conhecimento público de que ela é a sucessora escolhida pelo presidente, mas também demonstrar a capacidade de liderança e a autonomia esperadas de um(a) presidente da República.

Já Serra enfrentará tarefas ainda mais difíceis. Uma delas é desvencilhar sua imagem do saldo social e econômico negativo registrado particularmente no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, que pavimentou o caminho para a eleição de Lula. Outra é furtar-se à comparação, amplamente desfavorável, entre as suas realizações como governador e as de Lula como presidente. Obviamente, o candidato tucano conta com a complacência e o apoio da grande mídia nacional, mas na reta final da campanha os governistas terão um tempo de televisão que lhes permitirá explorar essas questões de forma detalhada e abrangente.

Do ponto de vista programático, haverá certamente muitos pontos de convergência entre os discursos dos dois favoritos. Serra jamais abraçou o fundamentalismo neoliberal e defende a importância da intervenção do Estado na gestão da economia. A ênfase na necessidade de um “choque de gestão”, entretanto, traz embutida a defesa da crescente introdução de mecanismos e padrões administrativos da iniciativa privada nas instituições públicas. Do mesmo modo, a ideia de que a competição é a principal geradora de eficácia certamente levaria, num eventual governo Serra, ao fortalecimento dos setores privados em áreas como educação e saúde.

A introdução de parâmetros de “produtividade” exógenos no setor público pode levar à sua descaracterização e à perda de qualidade nos serviços prestados, como já se verificou em governos tucanos nas diversas esferas. Portanto, malgrado o fato de Serra defender em teoria um Estado “robusto”, na prática a recomposição da capacidade reguladora do Estado gradualmente iniciada sob Lula (com o fim das privatizações, a ampliação da capacidade de investimento público, o fortalecimento da área social, a renovação

e melhor remuneração do funcionalismo) será rompida ou, na melhor das hipóteses, congelada, caso ele seja vitorioso.

Outro aspecto que diferencia fortemente as duas principais candidaturas diz respeito às perspectivas de continuidade do processo de distribuição de renda que fez emergir no Brasil o embrião de um mercado interno de massas. Juntamente com o resgate do papel do Estado, comentado acima, a distribuição de renda possibilitou ao país atravessar suavemente a maior tempestade econômica mundial em oitenta anos. Novamente, não se trata de um problema ideológico abstrato. Trata-se sim de estabelecer uma relação entre a base social de apoio de cada candidato e as condições políticas necessárias à viabilização dessas políticas distributivas. Apenas para servir de exemplo, é razoável supor que, sem o fortalecimento do poder de pressão das centrais sindicais e a disposição para a negociação do governo federal, o aumento real continuado do salário mínimo, apontado como a medida redistributiva de maior impacto nos últimos anos, não teria ocorrido e que, por isso mesmo, esse fato, provavelmente, deixaria de ocorrer num eventual governo Serra.

O Brasil ainda está longe de consolidar as mudanças estruturais necessárias à superação do seu longo histórico de profundas desigualdades sociais e o nosso sistema político permanece afetado por sérios vícios e distorções. Mesmo assim, podemos dizer que a atual corrida sucessória ocorre num cenário em que podemos vislumbrar diversos elementos positivos, especialmente se tivermos em mente a comparação com outros momentos vividos na curta e acidentada experiência democrática nacional.

Em primeiro lugar, a chegada do primeiro líder popular à Presidência da República e a sua consolidação como novo referencial da história política nacional não implicou no enfraquecimento do sistema partidário, nem alimentou qualquer tentação de continuísmo personalizado no poder.

Em segundo, o país apresenta, nos últimos anos, indicadores econômicos e sociais expressivos, que fortalecem a convicção de que há bases consistentes para a geração de avanços muitos maiores no que diz respeito à garantia de condições dignas de existência para a população brasileira. Resta aos cidadãos e cidadãs do país escolher, dentre as coalizões e candidaturas apresentadas, a que demonstra maiores compromissos e condições de avançar nesse sentido. ■

* **Alexandre Fortes**

Doutor em História
pela Unicamp e
professor da UFRRJ
(Campus Nova Iguaçu)